



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC :

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Solicitação à Coordenadoria de Ensino Superior para intervenção junto à Univesp. Informações sobre vagas de aluno especial, fornecidas. Ausência de demanda recursal nos termos da LAI. Recurso não conhecido.

DECISÃO OGE/LAI nº 206/2017

1. Tratam os presentes autos de demanda formulada à Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, de número SIC em epígrafe, para solicitar à Coordenadoria de Ensino Superior do Estado intervenção junto à UNIVESP, para o cumprimento de regulamento referente a vagas de aluno especial.
2. Em resposta, a Universidade informou não haver vagas para alunos especiais naquele momento, e requereu maiores detalhes para reanalisar a demanda. Irresignado, o solicitante apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Destaque-se, preliminarmente, que o diálogo entre cidadão e Poder Público, extremamente salutar, é componente essencial da dinâmica democrática. Necessário que se reconheça, porém, que o Sistema de Informações ao Cidadão, cujo objetivo é assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração, conforme a Lei nº 12.527/2011, não é o caminho adequado à formulação de consultas, denúncias ou reclamações – ou ainda, como no presente caso, de pedidos para providências executivas diversas do fornecimento de dados estatais. Registre-se, neste ponto, que o próprio interessado já apresentou sua manifestação perante a Ouvidoria da UNIVESP.
4. Nada impede que o ente demandado esclareça dúvidas de qualquer cidadão, sempre que possível. Inevitável, contudo, a conclusão de que, em tais casos, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para que seja conhecido, carecendo-lhe de motivação relacionada ao acesso a informações. Nesse sentido, Humberto Theodoro Jr. leciona:

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

“Constitui ainda, pressuposto do recurso a motivação, pois ‘recurso interposto sem motivação constitui pedido inepto’ [...]. Disse muito bem Seabra Fagundes que, se o recorrente não dá ‘as razões do pedido de novo julgamento, não se conhece do recurso por formulado sem um dos requisitos essenciais’”. (Curso de Direito Processual Civil, v. III, 50ª Ed. p. 1120.)

5. Diante do exposto, por expressar reclamação já registrada na Ouvidoria competente, não se tratando de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de novembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO